RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho
BJSLE Brazilian Journal of Social and Labour Economics

https://doi.org/10.20396/rbest.v7i00.20858

DOSSIÊ

Tecnologia, mudança climática e práticas sindicais inovadoras na Argentina

Cecilia Senén González [(a)]
Elina Beatriz Escudero [(b)]

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as estratégias inovadoras de alguns sindicatos que fazem parte da Frente Sindical de Acción Climática (FSAC) diante de um cenário de "dupla transição": climática e tecnológica. O estudo começa em 2019, ao mesmo tempo que a criação da FSAC, e continua até os dias atuais. Para isso, foram analisadas abordagens influentes sobre ambas as transições e elaboramos uma matriz analítica de instrumentos para o levantamento de práticas sindicais inovadoras, priorizando o uso de métodos qualitativos. Nossa conclusão é a descoberta de estratégias inovadoras, como a criação de um centro de treinamento sobre "mudanças climáticas" com alcance regional, o lançamento da plataforma educacional Bancar, a adoção do "delegado virtual", o projeto para acabar com o uso de papel e a criação de escritórios ambientais.

Palavras-chave: Transformação tecnológica; Mudança climática; Estratégia sindical; Sindicatos – Argentina.

JEL: J51, O33, Q50.

(a) Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina.
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5829-0088
E-mail: ceciliaseneng@gmail.com

(b) Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina.
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-0310-4039
E-mail: escudero.elina.rt@gmail.com

(cc) BY-NC-SA

Nota: A versão em espanhol deste artigo será publicada na Revista de Ciencias Sociales, Universidad de Costa Rica, no número 187 (II-2025). Traduzido para o português pelas próprias autoras e revisado por Marcelo W. Proni.

Technology, climate change and innovative trade unions practices in Argentina

Abstract

The aim of this article is to analyze the innovative strategies of some trade unions that are part of Frente Sindical de Acción Climatica (FSAC) [Trade Union Climate Action Front] in the face of a "double transition" scenario: climatic and technological transitions. The study begins in 2019, at the same time as the creation of FSAC, and it continues to the present day. For this purpose, influential approaches on both transitions have been analyzed and we have elaborated an analytical matrix of instruments for the survey of innovative union practices, prioritizing the use of qualitative methods. Our conclusion is the discovery of innovative strategies, such as the creation of a training center on "climate change" with regional scope, the launching of the Bancar educational platform, the adoption of the "virtual delegate", the project to cease the usage of paper, and the creation of environmental offices.

Keywords: Technological transformation; Climate change; Trade union strategy; Trade unions – Argentina.

Tecnología, cambio climático y prácticas sindicales innovadoras en Argentina

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las estrategias innovadoras de algunos sindicatos que forman parte del Frente Sindical de Acción Climática (FSAC) ante un escenario de "doble transición": climática y tecnológica. El estudio comienza en 2019, coincidiendo con la creación del FSAC, y se extiende hasta la actualidad. Para ello, se han analizado enfoques influyentes sobre ambas transiciones y se ha elaborado una matriz analítica de instrumentos para el estudio de las prácticas sindicales innovadoras, dando prioridad al uso de métodos cualitativos. Nuestra conclusión es el descubrimiento de estrategias innovadoras, como la creación de un centro de formación sobre "cambio climático" con alcance regional, el lanzamiento de la plataforma educativa Bancar, la adopción del "delegado virtual", el proyecto para dejar de usar papel y la creación de oficinas medioambientales.

Palabras clave: Transformación tecnológica; Cambio climático; Estrategia sindical; Sindicatos – Argentina.

Technologie, changement climatique et pratiques syndicales innovantes en Argentine

Résumé

L'objectif de cet article est d'analyser les stratégies innovantes de certains syndicats membres de la Frente Sindical de Acción Climática (FSAC) face à un scénario de "double transition": climatique et technologique. L'étude commence en 2019, au moment de la création de la FSAC, et se poursuit jusqu'à aujourd'hui. Pour ce faire, nous avons analysé les approches influentes sur les deux transitions et élaboré une matrice analytique d'instruments pour recenser les pratiques syndicales innovantes, en privilégiant l'utilisation de méthodes qualitatives. Notre conclusion est la découverte de stratégies innovantes, telles que la création d'un centre de formation sur le "changement climatique" à portée régionale, le lancement de la plateforme éducative Bancar, l'adoption du "délégué virtuel", le projet visant à mettre fin à l'utilisation du papier et la création de bureaux environnementaux.

Mots-clés: Mutations technologiques; Changement climatique; Stratégie syndicale; Syndicats – Argentine.

Introdução

A digitalização, acelerada pela pandemia da Covid-19, impactou diferentes aspectos da vida cotidiana, desde o trabalho e o consumo até a representação política, transcendendo a necessidade de manter-se conectado (Benítez & Duek, 2017). Paralelamente, os efeitos da mudança climática tornaram-se cada vez mais visíveis em fenômenos como inundações e ondas de calor, que mobilizaram diversos atores sociais, especialmente os jovens, preocupados com as consequências que o fenômeno poderia ter a longo prazo (Pochet, 2022).

Essas transformações, climáticas e tecnológicas, não ocorrem de maneira isolada, se entrelaçam configurando uma "dupla transição" com profundos efeitos na qualidade e quantidade de emprego, assim como nas qualificações trabalhistas. Isso tende a aprofundar a pobreza, a instabilidade social, assim como a crise política e econômica (Ford, 2016).

Sendo assim, os sindicatos desenvolveram novas formas de ação que transcendem suas práticas e comunidades tradicionais para enfrentar as consequências de ambas as transições. Por exemplo, o sindicato UNI Global Union assinou um acordo com o Banco de la Nación Argentina para garantir os direitos trabalhistas; também a IndustriALL Global Union oferece capacitação e apoio a sindicatos na América Latina através de assessoramento, capacitação e organização de atividades e reuniões nas filiais sindicais da região. Igualmente, a Federação Internacional dos Trabalhadores de Transportes tem estimulado, através de uma campanha, os ministros e ministras de transporte e meio ambiente de diferentes governos a agirem contra a mudança climática. Nesta linha, a Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) desenvolveu uma estratégia para abordar os desafíos emergentes do contexto atual, baseada nos eixos "sindicalismo sociopolítico" e "autorreforma" com o fim de ampliar a representação do movimento sindical, democratizá-lo e, desta maneira, abordar as temáticas que transcendem as reivindicações econômico-corporativas tradicionais.

Ao mesmo tempo, organismos internacionais abordaram a transição para economias de baixo carbono com uma produção crescente de relatórios, especialmente os realizados para a COP 28 (Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima) celebrada em 2023. Nesses relatórios, a CEPAL destacou a necessidade de financiamento climático na América Latina para combater o aquecimento global. Por sua vez, organizações internacionais não governamentais como a Fundación Friedrich-Ebert (FES) abordaram os desafios da transição tecnológica na região, através de ações como o lançamento de um programa orientado a sindicatos da América Latina junto a canais de divulgação, como o *podcast* "Transición Justa" e "¿Sueñan los androides con obrerxs eléctricxs?", nos quais se analisa o futuro do trabalho em um contexto de crise climática e mudança tecnológica. Da mesma maneira, o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

(CLACSO), junto com a OXFAM, apresentou cinco vídeos com acesso aberto e gratuito sobre a temática, assim como um Curso de Especialização que aborda a mudança climática e as transições justas, onde se oferece uma abordagem integral da emergência bioclimática na região e a formulação de respostas.

Na Argentina e no Uruguai, pesquisas recentes analisam como os sindicatos abordam os conflitos ecológicos e a necessidade de uma transição justa, destacando sua colaboração com movimentos ambientalistas em casos específicos, como a resistência à privatização da energia e da mineração (Anigstein & Carrau, 2023). Nesse sentido, Anigstein (2023) questiona a efetividade dos "empregos verdes"[1] e propõe a necessidade de uma transição que integre os setores trabalhistas mais vulneráveis.

De maneira similar, o contexto de mudança tecnológica gera desafios inéditos para as organizações sindicais. Os estudos sobre esta temática dividem suas perspectivas entre aqueles que preveem o fim do trabalho (Rifkin, 1996; Frayne, 2017) e os que debatem sobre os efeitos da digitalização e da automação na qualidade do emprego (Casilli, 2019; Carbonell, 2022). Também, nos últimos anos, adquiriu relevância uma corrente chamada "aceleracionismo" (Williams & Smicek, 2013, May 14), que, desde uma perspectiva anticapitalista, entende o trabalho assalariado como um fator de opressão e, consequentemente, propõe transitar para uma sociedade onde o trabalho não seja o centro da vida. Não obstante, embora se tenha especulado muito sobre os impactos da transição tecnológica, o trabalho continua sendo reconhecido como central nos processos produtivos.

Embora alguns autores destaquem que as instituições trabalhistas não podem dar resposta aos desafios atuais (Avent, 2017; Baldwin, 2019), para outros, como Aloisi e De Stefano (2020), o emprego continua sendo a forma de trabalho dominante na maioria das economias avançadas, afirmando que a relação de trabalho é uma categoria jurídica resiliente e adaptativa, capaz de acomodar-se aos entornos socioeconômicos em constante evolução.

Na Argentina, especificamente, o Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC) apontou o impacto da digitalização no emprego sugerindo que a automação e as plataformas trabalhistas são tendências inevitáveis que afetam o "Sul Global"[2] de maneira particular (Albrieu, 2022), devido às desigualdades provenientes de uma coexistência entre o setor formal, que aproveita dos benefícios da proteção social e das regulamentações legais, e um setor informal, que opera à margem de toda regulação.

[1] Considera-se "emprego verde" aquele que cumpre com os padrões de emprego decente ou trabalho digno, que ajuda a cuidar e restaurar os recursos naturais, o meio ambiente e a biodiversidade, tanto em setores tradicionais como em setores emergentes (Valenzuela, 2023).

[2] Geograficamente, o termo se refere aos 32 países localizados abaixo do equador (no hemisfério sul), em contraste com os 54 países localizados completamente ao norte dele. Porém, o conceito nunca pretendeu ser puramente geográfico (Darnal, 2023, 20 de octubre).

Como foi exposto, as consequências de ambas as transições têm sido objeto de análises que se desenvolveram, maiormente, em esferas separadas. No entanto, como não é possível configurar dois futuros separados, mantém-se a necessidade de uma perspectiva que evidencie a relação entre ambas e aprofunde sua abordagem. Este artigo pretende investigar como os sindicatos argentinos que integram a Frente Sindical de Acción Climática (FSAC) se posicionam frente aos desafios de ambas as transições, quais são suas lutas e tensões, e que práticas inovadoras estão em jogo. Para isso, utilizou-se uma metodologia qualitativa que inclui entrevistas com líderes sindicais, a investigação de documentos técnicos, netnografia e de convenções coletivas de trabalho.

O presente artigo situa-se na Argentina e abarca desde 2019, ano em que se cria a FSAC (uma coalizão de sindicatos que buscam defender os direitos trabalhistas no contexto da emergência climática), até 2025. Neste período, destacam-se dois marcos do contexto local: um esteve marcado pela pandemia e seus efeitos no mercado de trabalho (principalmente, a digitalização da economia e dos processos de trabalho); o outro, pela ascensão ao governo de Javier Milei em 2023, que introduziu reformas trabalhistas regressivas e protocolos repressivos para restringir a protesto social, além de negar a mudança climática e se posicionar no plano internacional contra a Agenda 2030[3] e o Pacto do Futuro.[4]

Este artigo organiza-se em quatro seções: primeiro, são examinados os debates associados à dupla transição; a seguir, é apresentada a metodologia da pesquisa; na terceira seção, são analisadas as práticas inovadoras da Frente Sindical de Ação Climática, destacando os sindicatos e setores envolvidos; ao final, são feitas conclusões sobre as implicações destas transições para o sindicalismo e o trabalho na Argentina.

1. As transições: diferentes abordagens e debates

Tal como mencionado anteriormente, as problemáticas vinculadas à mudança tecnológica e à mudança climática configuram um contexto em que se entrelaçam, produzindo o que Pochet (2022) denomina uma "dupla transição". Para o autor, os estudos que abordam as transições configuram duas narrativas possíveis sobre o futuro: uma centrada na construção de mudanças graduais (cenário evolutivo) e outra marcada por transformações mais radicais (cenário revolucionário).

[3] A "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" é uma estratégia global aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, cujo objetivo é mudar o rumo do mundo para um caminho resiliente centrado em promover o desenvolvimento sustentável (Naciones Unidas, 2015).

[4] O "Pacto para o Futuro" adotado por 192 Estados membros das Nações Unidas — ou seja todos, exceto a Argentina — prevê 56 ações para fazer frente aos desafios da época, entre os quais estão incluídas: manutenção da paz, mudança climática e potenciais ameaças da inteligência artificial (IA).

No entanto, a transição tecnológica e a transição climática diferem em uma característica essencial: enquanto a humanidade viveu diversas revoluções tecnológicas ao longo de sua história, que foram amplamente analisadas (Ordoñez, 2007; Ford, 2016; Julián-Véjar & Bustos Velásquez, 2024, entre outros), os desafios surgidos da mudança climática conformam um fenômeno originado nos últimos 50 anos (Fuentes, Larraín, & Poo, 2020).

Neste contexto, emergem dois conceitos fundamentais para explicar as profundas transformações às quais nos enfrentamos: por um lado, a "transição justa" (TJ)[5] que aborda desafios ambientais e, por outro, o "futuro do trabalho"[6] que reúne os debates em torno da tecnologia digital e seus impactos no emprego. A seguir, apresentam-se essas duas ideias centrais e suas abordagens.

Dentro da TJ, a abordagem que denominamos reformista, se inclui aqueles que advogam por estratégias políticas de sustentabilidade, marcos regulatórios globais e ajustes na maneira de investir ou fazer negócios, baseados em uma narrativa reformista que adapte o sistema capitalista para o desenvolvimento sustentável (García Parra et al., 2023; Fuentes et al., 2020). Aqui se encontra, por exemplo, a agenda de empregos verdes proveniente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos sindicatos globais, que buscam contribuir com a ecologização da economia através da elaboração de diretrizes específicas.

Outro exemplo desta abordagem é o "trilema do crescimento eco-social" (*eco-social-growth trilemma*) proposto por Novelli, Mandelli e Jessoula (2023), que explica a interconexão entre objetivos econômicos, sociais e ambientais no contexto de transição para modelos econômicos mais sustentáveis.

Com respeito aos debates sobre o futuro do trabalho, em 2019 a OIT intensificou a produção acadêmica, promovendo estas discussões como parte da agenda pública, com o propósito de sensibilizar os diferentes governos e influenciar suas políticas, assim como promover a instituição com debates que abordam a atual revolução tecnológica, tomando distância de posições que propõem uma mudança profunda e inevitável do cenário preexistente. Pelo contrário, estes estudos exploram as oportunidades para orientar-se para um crescimento com maior igualdade sem deixar de reconhecer as brechas de gênero e as problemáticas ambientais (Rani & Grimshaw, 2019).

[5] O conceito de "transição justa" (TJ), criado pelo movimento sindical nos anos 1970 na América do Norte, surgiu como resposta à perda de fontes de trabalho devido ao fechamento de fábricas e indústrias que contaminam o meio ambiente, as quais afetam tanto a sociedade como a saúde das pessoas trabalhadoras (Morena et al., 2020). Mais recentemente, tem-se focado nos esforços de descarbonização da União Europeia, particularmente através das iniciativas propostas no Pacto Verde Europeu de 2019 para uma sociedade pós-carbono (Mandelli & Novelli, 2022). O Pacto Verde Europeu é a estratégia da UE para alcançar o objetivo para 2050 (Comisión Europea, 2021).

[6] O "futuro do trabalho" é um dos debates mais estendidos nos últimos anos, embora seja um debate recorrente nas pesquisas trabalhistas, vê-se ressignificado a partir da aceleração extraordinária das mudanças tecnológicas que se produzem a partir da primeira década do século XXI.

Estas posturas reformistas são questionadas por alguns autores, já que são consideradas insuficientes para cumprir com os critérios de justiça ambiental, energética e climática que buscam alcançar os processos de transição justa. Como destacaram Wyzynkier e Anigstein (2019, p. 262):

> (...) os empregos verdes entram dentro do paradigma de modernização ecológica, no qual os diálogos e a toma de decisões se reduzem a exigir a participação dos sindicatos nos debates sobre a criação de ditos empregos, mas corre o risco de deixar de fora outros atores não sindicalizados, tais como comunidades locais, camponeses e indígenas.

Outras análises vão além e propõem mudanças de maior alcance e profundidade. Entre elas há a abordagem de TJ denominada "transformacional"[7] (Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Mudança Climática IPCC, 2012, como citado em Fuentes et al., 2020). Proposta principalmente pela academia e organizações cidadãs, esta perspectiva sustenta que a TJ implica necessariamente uma alteração do modelo de produção e consumo para enfrentar estruturalmente a crise climática. Neste espectro, incluem-se mudanças não lineares nos sistemas normativos e técnicos que modificam aspectos culturais ou constituem giros radicais na sociedade (Pelling et al., 2015). Para esta abordagem, a transição não é um objetivo em si mesmo, mas um passo para sociedades pós-extrativistas, sem "receituário", nas quais o desenvolvimento das transições se constrói a partir de processos de participação democrática.

Neste sentido, também se situam as teses que questionam o fim do trabalho como produto da automação e, em seu lugar, propõe-se analisar as profundas transformações que alguns trabalhos sofreram graças às novas tecnologias. Por exemplo, Antonio Casilli (2019) sustenta que as cifras relacionadas a diferentes países não mostram uma correlação direta entre uso de robôs e emprego ou desemprego. Para este autor, a principal preocupação deve ser a qualidade do trabalho, tomando como parâmetros extremos a precarização ou o trabalho decente, pois as principais problemáticas a atender devem ser a fragmentação dos empregos, as tarefas externalizadas e o desmantelamento dos salários em micropagamentos (Casilli, 2019, como citado em Hualde, 2021).

De maneira similar, Carbonell (2022) mostra como o trabalho continua sendo central nos processos de produção e sustenta que existe um discurso político-econômico subjacente nas previsões sobre o fim do trabalho baseadas na produtividade, na intensificação e na desqualificação do trabalho, que trazem como consequência a redução de custos para as empresas.

[7] Este conceito começou a ser utilizado na política pública a partir do ano 2012, quando foi incluído no relatório especial do IPCC (Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Mudança Climática).

Em oposição a estas perspectivas, apresentam-se aquelas que propõem cenários de mudanças radicais e inovadoras. Por exemplo, a abordagem intitulada "reinterpretativa" define a TJ como um conceito emancipador que integra o trabalho reprodutivo e produtivo, junto com os movimentos sociais, sindicais e ambientais como a Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA-TUCA), o Nigerian Labour Congress (NLC), Environmental Rights Action (ERA-AT Nigeria), Mondiaal Federatie Nederlandse Vakbeweging (FNV Mondiaal), CENSAT Agua Viva, Amigos da Terra Colômbia e Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC), entre outros.

Esta postura propõe avançar para uma economia regenerativa dos territórios, os direitos e as espécies mediante a dignificação, tanto da vida humana como da não humana, em estreita vinculação com a defesa dos territórios, dos direitos humanos trabalhistas, a luta contra as desigualdades racializadas, a democracia e a equidade de gênero (Transnational Institute, 2020, marzo). Esta perspectiva associa-se a propostas que destacam a importância de transições justas e sustentáveis na América Latina, enfatizando a necessidade de uma educação ambiental crítica e a participação comunitária na transição energética. Propõe o conceito de transição ecossocial definido como uma mudança integral para modelos de desenvolvimento baseados na justiça social e ambiental, afastando-se da dependência de combustíveis fósseis. Neste contexto, adquirem relevância temas fundamentais como a agroecologia e a soberania alimentar como alternativas ao modelo agrário dominante, assim como os desafios e dilemas da transição para fontes de energia renováveis, particularmente em relação à extração de lítio e o desenvolvimento da energia verde (Svampa, 2023).

Quanto aos desafios surgidos da transição tecnológica, alguns autores buscam constituir uma alternativa ao capitalismo. Entre estas, situa-se a corrente de esquerda chamada "*neo-operaísmo*", cujas análises procuram argumentar a extinção da fábrica como um lugar privilegiado de exploração e extração por parte do capital, assim como de formação de uma subjetividade antagonista, representada anteriormente pelo operário. Em seu lugar, é apresentado o conceito de "fábrica difusa" para destacar que o corpo e as capacidades vitais se convertem em meios de produção (Fumagalli, 2020).

Em conjunto com esta abordagem situa-se o "aceleracionismo", uma corrente sumamente crítica do neoliberalismo a quem atribui o aumento da pobreza no mundo. Para seus criadores (Williams & Srnicek, 2013, May 14), o trabalho resulta essencialmente opressor pelo que é imperativo redirecionar as forças para objetivos comuns e um futuro pós-capitalista, onde o trabalho não seja o centro da vida.

Em resumo, foram identificadas três abordagens diferentes em torno do conceito de TJ e se desenvolveram diferentes debates em torno do futuro do trabalho, que são úteis

para ordenar a diversidade de atitudes e estratégias que podem adotar os sindicatos em relação à dupla transição (ambiental e tecnológica).

Os estudos apresentados neste artigo incluem uma série de diagnósticos que, no entanto, convergem em possíveis soluções, como a redução da jornada e o direito a uma renda básica universal.

2. Metodologia

O cenário pandêmico encorajou os sindicatos a utilizar ferramentas digitais para se comunicarem com seus filiados, renovarem estratégias de ação e desenvolverem novas alianças políticas com movimentos sociais emergentes. Também fomentou a ampliação da agenda sindical das questões relacionadas às competências digitais, temas de gênero e cuidado, a mudança climática e as migrações, dando lugar a um amplo debate acerca do lugar que ocupa o sindicalismo, assim como as novas formas de organização e ação coletiva no trabalho (OIT, 2022).

Neste artigo, utilizou-se a definição de Trif et al. (2017) baseada na conceitualização do Bureau of European Policy Advisers (BEPA) (2011) e do Working Lives Research Institute (WLRU) (2010) sobre prática sindical inovadora, entendida como uma iniciativa deliberada ou um conjunto de iniciativas lançadas em resposta a um problema específico, referindo-se não só à adoção de estratégias renovadas, mas também à sua aplicação fora do público tradicional dos sindicatos ou ao uso de ferramentas que permitam aos sindicatos ser mais eficazes em sua ação. Esta abordagem inscreve-se em debates recentes sobre novas estratégias de revitalização sindical adotadas nos últimos anos por alguns autores, especialmente britânicos, que destacam o uso de plataformas digitais para organizar-se ou comunicar-se com seus filiados (Hodder & Houghton, 2020; Carneiro & Costa, 2020, ambos citados em Bellido, 2023).

Neste estudo, amplia-se esta definição incorporando o uso de recursos digitais para abordar os desafios propostos pela crescente mudança tecnológica no trabalho e as mudanças climáticas no entorno (Quadro 1). Estes instrumentos são:[8]

1. *Capacidade de organização*: especialmente, aqueles trabalhadores sob novos métodos de contratação e a organização de grupos previamente sub-representados, como os trabalhadores jovens, ou a orientação a novos atores, como os trabalhadores atípicos.

2. *Serviços prestados*: melhorar o alcance externo das organizações sindicais em assuntos como a prestação de obras sociais, férias, campos de recreio e a capacitação de seus membros.

[8] Tradução e adaptação própria.

3. *Negociação coletiva e diálogo social*: embora sejam instrumentos tradicionais, considera-se o potencial de inovação dos mesmos como novos conteúdos negociados ou acordos com os empregadores.

4. *Formação de coalizões*: referência às alianças de sindicatos com movimentos sociais ou ONGs. Este instrumento amplia a agenda sindical, incorporando jovens, mulheres e a pertencimento a associações internacionais como Global Unions, UNI ou CSA.

5. *Instrumentos políticos e tentativas de influenciar a legislação ou políticas públicas*: incluindo a participação dos sindicatos no processo legislativo local ou em nível regional, assim como a aliança com partidos políticos e governos.

6. *Mobilização e política de identidade*: referindo-se aos esforços por apresentar as reivindicações, opiniões e preocupações dos trabalhadores, inclusive na incidência nas percepções sociais sobre o trabalho decente.

Quadro 1. Práticas sindicais inovadoras. Argentina: 2019-2024.

Tipos de prática sindical inovadora					
Iniciativas que sejam resposta a um problema específico.		Aplicação fora do público tradicional dos sindicatos.		Uso de ferramentas que permitam ser mais eficazes. Ênfase em ferramentas digitais.	
Instrumentos envolvidos					
Organização	Serviços prestados	Negociação coletiva e diálogo social	Formação de coalizões	Instrumentos políticos e de influência	Mobilização e construção de identidade

Fonte: Bernaciak e Kahancová (2017). Elaboração própria a partir de conceitos formulados pelo European Trade Union Institute (ETUI).

Para explorar as práticas inovadoras no contexto de ambas as transições, tecnológica e ambiental, analisa-se, em primeiro lugar, a Frente Sindical de Acción Climática na Argentina (FSAC). Criada em 2019 em resposta à emergência climática global e com o objetivo de realizar uma transição justa e equitativa em matéria trabalhista, está composta por vinte sindicatos de base, quatro federações e uma confederação. Em segundo lugar, apresentam-se as práticas inovadoras de quatro sindicatos pertencentes aos setores de comércio, serviços e transporte. Para o primeiro, selecionou-se o Sindicato de Empleados de Comercio Zona Atlántica (SECZA) e a Federación Argentina de Empleados de Comercio y Servicios (FAECYS). Para o setor de serviços, estudou-se o sindicato de trabalhadoras e trabalhadores bancários (Asociacón Bancaria, ou La Bancaria); e para o setor de transporte,

o Centro de Patrones y Oficiales Fluviales, de Pesca y Cabotaje Marítimo (Patrones de Cabotaje). Esta análise inclui, além disso, a informação proveniente das doze entrevistas realizadas a diretores da CGT, líderes de relevância na criação da Frente e líderes dos sindicatos estudados.[9]

3. Análise dos casos

3.1. Práticas inovadoras dentro da Frente Sindical de Ação Climática

A FSAC está integrada por diversos setores de atividade, alguns deles visivelmente impactados pelos efeitos da transição energética, como o petrolífero, energético ou transportista, outros afetados pelas consequências mais notórias da mudança climática como o setor marítimo e fluvial ou os empregos verdes. Também se somaram à iniciativa atividades como o comércio e serviços, assim como os empregados estatais.

A FSAC foi impulsionada por líderes de organizações sindicais filiadas à Confederación Sindical del Trabajo (CGT) com o propósito de abordar questões da agenda global para serem incorporadas à agenda sindical local. Entre eles, a Associação do Pessoal de Organismos de Controle (APOC) liderou a iniciativa, como sindicato fundador, buscando envolver os sindicatos para que reconheçam a urgência da problemática ambiental. Sua constituição esteve inspirada em um documento dirigido aos povos e governos do mundo escrito pelo ex-presidente argentino Juan Domingo Perón.[10] Atualmente, adotou a forma institucional de Associação Civil com o fim de ter existência como pessoa jurídica sem necessidade de conformar uma organização sindical de segundo ou terceiro grau (federação ou confederação) e, dessa maneira, destacar que a coalizão não tentava competir com outros espaços político-sindicais.

A principal característica da Frente é que, ao contrário de outros espaços de ação climática como as ONGs, núcleos ou redes, a FSAC está composta por sindicatos, motivo pelo qual suas ações são orientadas para promover uma transição justa em matéria de emprego, com justiça social e sustentabilidade.

[9] O trabalho de campo realizou-se durante os meses de outubro de 2023 a agosto de 2024. As 12 entrevistas em profundidade foram gravadas. Utilizou-se um questionário-guia de perguntas abertas. Efetuaram-se sete de forma presencial e cinco por zoom. Os entrevistados são dirigentes do FSAC em quatro oportunidades, dirigentes de La Bancaria em duas, do setor comércio em três, de transporte em uma e da CGT em duas.

[10] Sobre o discurso de referência feito em 1972, ver Olson (2021, 8 de noviembre). Perón iniciou sua presidência em 1945 e fundou um movimento político conhecido como Movimento Nacional Justicialista (Peronismo).

Sendo assim, com base no Plano Nacional de Adaptação e Mitigação à Mudança Climática (PNA y MCC) do ano 2022,[11] a Frente começou a desenvolver atividades de capacitação, formação e debate com os setores que foram identificados como críticos, por exemplo, energia, transporte e a atividade agropecuária. A proposta incluía a necessidade de sustentar mesas de trabalho setoriais que abordam os desafios para diminuir ou adaptar-se à mudança climática.

Algumas das discussões que se geraram dentro da FSAC incluem, principalmente, dois conceitos que adquiriram protagonismo nos últimos anos: transições justas e empregos verdes. Quanto ao primeiro, se propõe a necessidade de ancorar o conceito em sua origem e devolver o caráter sindical às lutas por transições justas, transformando o conceito em uma ferramenta tão forte como a greve. Com relação aos empregos verdes, que exclui a tarefa levada adiante por trabalhadores da economia popular, a FSAC desenvolveu, em contraste, a noção de "trabalho ambiental" definido amplamente como toda tarefa que possa ser ambientalmente positiva.[12] Sob este conceito, as ações dos sindicatos devem perseguir como objetivo, junto com os movimentos sociais, oferecer sustentabilidade e melhores condições trabalhistas ao trabalho que já realizam, como prática habitual, as pessoas coletoras e recicladoras.

No calor dessas discussões, a Frente impulsionou a criação de uma Secretaria de Meio Ambiente, Mudança Climática e Transição Justa na CGT. Devido à renovação de autoridades levada a cabo durante 2021, a CGT modificou seu estatuto que ampliou a quantidade de secretarias de 25 para 33, criando quatro novas (entre as quais se encontra dita secretaria) e desdobrando outras quatro. Perseguindo um objetivo de equidade de gênero, em cada uma delas devia designar um homem e uma mulher que, indistintamente, podem participar das reuniões do Conselho Diretivo.

Também, por ocasião dos encontros preparatórios para as Conferências das Partes (COP) [13] que se realizam anualmente, a FSAC articulou-se com diversos atores sociais. Estes atores incluem, por exemplo, os grupos Jóvenes por el Clima, Sustentabilidad Sin Fronteras e Alianza para la Acción Climática.

[11] Documento elaborado pelo Poder Executivo que estabelece as políticas e ações que o país implementará até 2030 para enfrentar a mudança climática (Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible de la República Argentina, 2022).

[12] Entrevista pessoal realizada nos dias 20.out.2023 e 8.jul.2024 com dois integrantes da Comissão Diretiva da FSAC: a Lic. Sol Klas, Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da APOC (Asociación del Personal de los Organismos de Control); e o Dr. Gerardo Juara da AGOEC (Asociación Gremial Obreros y Empleados de la Conservación Ecológica Ambiental y Servicios Especiales).

[13] Essas reuniões fazem parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC) e reúnem representantes dos países signatários para negociar e coordenar ações globais contra a mudança climática.

Em 2023, a FSAC apresentou-se como *Amicus Curiae* perante a Corte Interamericana de Derechos Humanos de la República de Colombia y la República de Chile, requisitando a Opinião Consultiva sobre Emergência Climática e Direitos Humanos, e estendendo suas ações como entidade especializada a outros atores internacionais em litígios que envolvam tais temáticas (FSAC, 2023, 15 de diciembre).

O Quadro 2 sintetiza diversas iniciativas e estratégias sindicais adotadas pela FSAC e nos setores de comércio, serviços e transportes para responder aos desafios emergentes da "dupla transição": transição tecnológica e transição climática e ambiental. Os seis instrumentos descritos na seção anterior constituem as práticas inovadoras dos casos selecionados.

Quadro 2. Resumo de práticas inovadoras na Frente Sindical de Ação Climática. Argentina: 2019-2024.

Caso	Instrumentos		
FSAC	**Organização**	**Serviços**	**Negociação coletiva e diálogo social**
	- Conceito de "trabalho ambiental" (inclui trabalhadores informais)	- Atividades de capacitação, formação e debate com setores críticos	- Impulso para Secretaria de Meio Ambiente na CGT - Mesas de trabalho setoriais contra mudança climática
	Formação de coalizões	**Instrumentos políticos e tentativas de influenciar**	**Mobilização e política de identidade**
	- Articulação com movimentos ambientalistas e de jovens (debates para COP)	- Participação na COP - *Amicus Curiae*	- Debates: empregos verdes vs. trabalho ambiental e TJ
Caso	**Instrumentos**		
Comércio: SECZA	**Organização**	**Serviços**	**Negociação coletiva e diálogo social**
	- Tentativas de sindicalização do jovem trabalhador flexível (*deliverys* de aplicativo)	- Capacitação sobre transição justa - Criação do "delegado virtual" - Criação da calculadora digital de salário - Substituir plástico por materiais biodegradáveis (farmácia) - Despapelização	- Protocolo Covid 19 - Convenção coletiva de teletrabalho

	Formação de coalizões	**Instrumentos políticos e tentativas de influenciar**	**Mobilização e política de identidade**
	- Aquisição de caminhão junto a UNMDP e outros sindicatos locais - Apoio a recicladores locais	- Projeto para capacitar futuros trabalhadores de plataformas *offshore*	- Organização de "greve virtual" - Líder empírico vs Líder formado (Agenda 2030)
Caso	**Instrumentos**		
Comércio: FAECYS (Federativo)	**Organização**	**Serviços**	**Negociação coletiva e diálogo social**
	-----	- Capacitações gremiais sobre transição justa e mudança climática - Digitalização de documentação	- Criação do Escritório do Meio Ambiente
	Formação de coalizões	**Instrumentos políticos e tentativas de influenciar**	**Mobilização e política de identidade**
	- Apoio e articulação com UNI global	- Pacto Verde Argentino (Ministério do Meio Ambiente) - Taller: Olas de Calor (Gov. Ciudad de Buenos Aires) - Bonaerenses por el Ambiente (Gov. Prov. Buenos Aires)	- Projeto do primeiro sindicato abastecido mediante energias renováveis
Caso	**Instrumentos**		
Serviços: La Bancaria	**Organização**	**Serviços**	**Negociação coletiva e diálogo social**
	- Uso de plataformas de videoconferência, redes sociais e *streaming* sindical	- Criação da plataforma educativa de la Fundación Bancar	- Protocolo Covid 19 - Novos direitos: redução horária (trabalhadores do "*hub virtual*") e direito à desconexão incluído CCT
	Formação de coalizões	**Instrumentos políticos e tentativas de influenciar**	**Mobilização e política de identidade**
	- Com sindicato global UNI, com Fundação Ebert, com OIT.	- Projeto de lei do teletrabalho - Redução de jornada laboral - Adesão ao Programa Municipal de Boas Práticas Ambientais (Rosario) - Participação no Conselho Provincial do Meio Ambiente (Rosário)	- Luta por regulação do "hub virtual" - Capacitações destinadas a jovens (incluindo não filiados)

Caso	Instrumentos		
Transporte: Patrones de Cabotaje	**Organização**	**Serviços**	**Negociação coletiva e diálogo social**
	- Capacitações sobre mudança climática para trabalhadores da América Latina	- Criação do Centro Argentino de Capacitação e Formação Mercante - Jornada de capacitação "Mudança climática, trabalhadores da navegação interior e transição justa"	- Escritorio de Ação Climática
	Formação de coalizões	**Instrumentos políticos e tentativas de influenciar**	**Mobilização e política de identidade**
	- Articulação com movimentos ambientalistas (Jovens pelo Clima) - Aliança com ITF	- Participação na COP 28	- Participação na manifestação de Jóvenes por el Clima

Fonte: Elaboração própria com informação das entrevistas realizadas em Buenos Aires, Argentina (de outubro a agosto de 2024) e dos sites dos sindicatos analisados.

3.2. Práticas inovadoras do setor de comércio

3.2.1. O Sindicato de Empleados de Comercio Zona Atlántica (SECZA)

O SECZA representa 45 mil trabalhadores e trabalhadoras da zona atlântica da Província de Buenos Aires, com cobertura em 12 localidades, onde mantém uma presença sólida através de suas sedes. No entanto, a partir das transformações experimentadas pela digitalização e o desenvolvimento de novas formas de consumo associadas à tecnologia digital (Spatari, 2020), o SECZA teve que enfrentar os desafios emergentes da nova composição de sua força de trabalho. Por exemplo, atualmente, parte importante de suas bases de representação são empregados(as) que atuam no supermercado digital pertencente à rede de supermercados denominada COTO.

Essas mudanças, aceleradas durante a pandemia, deram lugar ao surgimento de um novo sujeito social definido, pelo líder entrevistado, como pessoas trabalhadoras jovens de empresas não tradicionais, com estruturas organizacionais mais horizontais e jornadas de trabalho flexíveis, cujas tarefas são mediadas, em grande parte, por dispositivos digitais (G. Bianchi, comunicação pessoal, 21 de março de 2024).

As práticas sindicais inovadoras descritas surgiram como resposta aos desafios da transição tecnológica. Entre elas estão: a criação de um "delegado virtual", a criação de uma calculadora de salário digital, a primeira eleição de delegados em um aplicativo de entrega (*delivery*), uma inovadora Convenção Coletiva de Teletrabalho e a greve digital massiva ocorrida em 2021.

O delegado virtual é um ícone dentro do site do sindicato, que permite acessar as vinte perguntas mais frequentes sobre: licença por férias, o pagamento do décimo terceiro, licença por exame, entre outros temas. Trata-se de uma ferramenta pensada como estratégia para potencializar o trabalho sindical, utilizando soluções digitais orientadas a cumprir os objetivos do sindicato.

Em relação à calculadora de salário, consiste em uma ferramenta que calcula o salário, com base na escala salarial vigente, a partir dos dados inseridos pelo usuário, relacionados à categoria laboral, antiguidade, horas extras, adicionais, entre outros, gerando dessa maneira uma comunicação instantânea com o sindicato. A calculadora está disponível em todos os espaços digitais onde a organização tem presença, tanto no aplicativo como em sua página *web*.

A terceira prática identificada é a eleição de delegados sindicais no aplicativo de *delivery* "PedidosYa". A inovação foi realizada em um contexto no qual a pandemia possibilitou a expansão de canais digitais de comercialização, observando-se um crescimento inusitado dos serviços de entrega sob demanda realizados através de plataformas digitais. Diante desse fenômeno, o sindicato logrou realizar a eleição de delegados resultando em conquistas que, por exemplo, forçaram a empresa a reconhecer os gastos mensais que os trabalhadores têm com o combustível para os veículos com os quais realizam as entregas.

É uma prática inovadora já que, na Argentina, a Ley de Asociaciones Sindicales (Ley n. 23.551/1988) permite a eleição de delegados por estabelecimento e conforme a quantidade de trabalhadores. Tendo em conta que, no caso das pessoas trabalhadoras de plataformas, o estabelecimento físico não existe, o SECZA logrou superar esse obstáculo a partir de uma estratégia deliberada de aproximação, liderada pela Secretaria de Juventude. Esta experiência conseguiu que o sindicato se convertesse – para esses trabalhadores – em um lugar para transmitirem experiências de organização e poderem estabelecer vínculos.

Junto com a digitalização e a plataformização, a pandemia de Covid-19 também estendeu o teletrabalho como modalidade adotada pelas empresas para continuar operando durante o período de isolamento. Este fenômeno representou um grande desafio para o sindicato e suas medidas de luta tradicionais. Em resposta a isso, o SECZA foi um dos primeiros sindicatos a firmar uma Convenção Coletiva de Teletrabalho em nível empresarial,

incorporando cláusulas sobre a jornada, a irreversibilidade, o pagamento adicional pela conexão à internet, as condições e o meio ambiente de trabalho, assim como a violência intrafamiliar. A assinatura da Convenção foi anterior, inclusive, ao tratamento e aprovação da Lei 27.555 que regula o Teletrabalho na Argentina. Nesse contexto, assume relevância a greve virtual ocorrida durante 2021, motivada pela demissão sem causa de uma trabalhadora da empresa "Aegis". Os empregados e empregadas do call center localizado em Mar del Plata, realizaram uma "greve virtual massiva" que teve um nível de adesão histórico para o sindicato (98%), convertendo-se na mais alta, acima de medidas de força tradicionais presenciais.

Por outro lado, foram realizadas três inovações em relação aos desafios colocados pela crise climática: o uso de sacolas biodegradáveis na farmácia sindical, a despapelização e o apoio a recicladores locais.

O SECZA, assim como muitos outros sindicatos na Argentina, administra farmácias sindicais que, frequentemente, oferecem medicamentos e produtos de saúde a preços com desconto para os filiados e suas famílias. Com o objetivo de contribuir para a diminuição do uso de plásticos, o SECZA decidiu usar sacolas biodegradáveis para colocar os medicamentos fornecidos aos filiados e filiadas. A decisão de substituir plástico por materiais biodegradáveis foi acompanhada por um processo de despapelização, por meio da digitalização de sua documentação, para contribuir com a redução do lixo gerado por suas atividades.

Mas também se destaca a aliança do SECZA com trabalhadores recicladores em torno de uma portaria do governo local impulsionada pelo movimento de trabalhadores da economia popular. Nela, convidava-se organizações da sociedade civil a incorporar "pontos sustentáveis" em suas instalações. Nesse marco, o sindicato adquiriu com recursos próprios, contêineres que colocaram nas calçadas de seus edifícios, onde a comunidade podia depositar os resíduos recicláveis que depois seriam transportados para sua disposição final. Devido ao volume coletado, o sindicato expandiu suas alianças para comprar, junto com a Universidade Nacional de Mar del Plata (UNMDP) e outros sindicatos com sede na localidade, um caminhão destinado a transportar os resíduos recicláveis para seu tratamento.

Porém, cabe mencionar que, além dessas iniciativas, a organização protagonizou durante os primeiros meses de 2022 uma disputa com movimentos ambientalistas como o Greenpeace em torno da possível instalação de uma plataforma de exploração de petróleo a 400 km da costa. Dessa forma, o sindicato, como parte da filial regional da Confederación General del Trabajo (CGT), firmou convênios para capacitar futuros trabalhadores que as plataformas *offshore* demandam.

Essas transformações, contidas no conceito de "dupla transição", levaram o líder sindical do SECZA a propor uma visão mais ampla sobre o futuro, ancorada no conceito de

uma terceira transição de caráter geracional, que terá lugar dentro das estruturas sindicais quando o "líder empírico" (tradicional), ou seja, aquele que baseia sua atuação na experiência, seja substituído por um líder especialmente formado em temáticas como a comunicação, a economia, a política, as discussões do mundo sindical internacional, as novas formas de trabalho e temáticas contidas na Agenda 2030 como as questões meio ambientais, o emprego verde e a equidade de gênero.

3.2.2. A Federación Argentina de Empleados de Comercio y Servicios (FAECYS)

A FAECYS concentra todos os sindicatos de base do setor do comércio, reunindo entre eles, mais de 400 mil filiados. É um dos sindicatos mais importantes do país e o mais numeroso em quantidade de filiados, representa mais de um milhão de trabalhadores e trabalhadoras, incluindo as os aposentados.

Por ser uma organização de terceiro grau,[14] a FAECYS concentra uma participação ativa nas ações promovidas pelo Sindicato Global de Serviços (UNI) e as Confederações Americana e Internacional de Sindicatos, entre outras instâncias internacionais. Nesse contato, seus líderes são formados e conscientizados em problemáticas relacionadas com a agenda das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No contexto dessas participações, a Secretaria de Previdência Social tomou a iniciativa de criar sob sua órbita o Escritório de Meio Ambiente. A criação deste escritório junto com a realização de oficinas sindicais sobre transição justa e mudança climática, o desenvolvimento de jornadas de "conscientização sobre ondas de calor", os projetos Pacto Verde Argentino e Bonaerenses por el Ambiente, assim como os avanços para se converter no primeiro sindicato abastecido com energias limpas, constituem as inovações realizadas para este caso.

O escritório de meio ambiente foi fundado em 2023 e foi o responsável de participar junto com o SECZA da Primeira oficina sindical sobre transição justa e mudança climática com o apoio do Ministério do Meio Ambiente da Nação, assim como do governo da província de Buenos Aires e o Município de Mar del Plata. Também recebeu o reconhecimento por parte do Sindicato Global UNI. Nessa oficina palestraram, entre outros, especialistas na temática provenientes da Universidade de Mar del Plata.

[14] Na Argentina, distinguem-se três níveis de organismos que concentram as pessoas trabalhadoras argentinas filiadas: Sindicatos ou Uniões de primeiro grau; Federações formadas por vários sindicatos de segundo grau; e Confederações formadas por Federações de terceiro grau. A Confederación General del Trabajo (CGT) é a central sindical de terceiro grau que encarna o modelo sindical tradicional. A CGT foi criada em 1930 e consolidou-se em 1945 com o governo de Juan Domingo Perón. Em seus 95 anos de história, teve várias cisões de caráter temporário que responderam a diferenças em seus posicionamentos políticos ou estratégicos.

A terceira inovação realizada consiste na realização de jornadas de conscientização sobre ondas de calor em articulação com a agência de proteção ambiental do Governo da cidade de Buenos Aires, cuja população destinatária foram os idosos, durante 2023. No entanto, o contexto político mudou significativamente a partir da eleição presidencial, na qual resultou vencedor o partido de ultradireita *La Libertad Avanza*. Nas entrevistas, que foram realizadas nesse contexto, os líderes disseram que existe uma série de projetos que se encontram atualmente paralisados por falta de verba. Por sua vez, a eliminação do Ministério do Meio Ambiente e a negação da mudança climática por parte do presidente eleito resultam em um obstáculo para a concretização dessas iniciativas.

São projetos relevantes, como o abastecimento da Federação mediante energias renováveis, para o qual se havia avançado na realização de um levantamento com o fim de determinar a viabilidade de instalar painéis solares em seus edifícios. Outros projetos que também ficaram suspensos foram: a assinatura do Pacto Verde Argentino, que implicava convênios entre atores da sociedade civil e o Ministério do Meio Ambiente da Nação; e o programa "Bonaerenses por el Ambiente", um projeto que buscou criar redes sociocomunitárias locais para o fortalecimento das capacidades ambientais, especialmente nas escolas.

3.3. Práticas inovadoras do setor de serviços

A Asociación Bancaria (La Bancaria) é a entidade que organiza os trabalhadores e trabalhadoras das empresas bancárias. Tem mais de 65 mil filiados e filiadas em todo o país. O setor bancário é um dos setores visivelmente impactados pela digitalização das operações financeiras, que permitiram o crescimento das *FinTech* (*finance technology*). Embora o processo de automação e digitalização do banco remonte suas origens aos anos 1980 com a introdução dos caixas automáticos e a automação de processos manuais de contabilização, entre outros, a pandemia gerou as condições para aprofundá-lo, expandindo e consolidando as plataformas de banco digital e o teletrabalho como modalidade estendida (Albrieu et al., 2021), assim como a utilização de inteligência artificial e *chatbots* em tarefas vinculadas à avaliação de crédito e atendimento ao cliente. Em consequência, reduziu-se a necessidade de ida às agências, o que propiciou o fechamento de agências físicas, impactando fortemente no emprego bancário, criando centros digitais de atendimento, com trabalhadores remotos e tarefas deslocalizadas. Diante desses processos, as práticas inovadoras realizadas para este caso são: o desenvolvimento da plataforma Bancar, a luta para regular o *Hub Virtual* e as transmissões sindicais ao vivo (*streaming*).

A "Plataforma Educativa Bancar" é um espaço institucional virtual criado como resposta às transformações nos conhecimentos e as habilidades requeridas que se antecipam

para o setor. Desde o final de 2022, oferecem-se ali cursos sobre programação, bancos virtuais, inteligência artificial, entre outros, os quais são gratuitos, tanto para filiados e filiadas como para seu grupo familiar. Além da formação profissional, o objetivo da plataforma é influenciar a juventude, gerando uma construção identitária com trabalhadores e possíveis trabalhadores, inclusive, antes que ingressem no mercado de trabalho.

Quanto ao *Hub Virtual*, trata-se de uma plataforma digital utilizada para gerenciar as interações com os clientes, onde o trabalhador ou trabalhadora pode ser contatado estando no estabelecimento ou desde a sua casa, dependendo de sua modalidade de trabalho. O sindicato, em nome desse coletivo de pessoas trabalhadoras, levou adiante uma discussão sobre a jornada de trabalho, ao aproximar o *Hub Virtual* de um *call center*. Esta estratégia reduziu a jornada de trabalho a 6 horas diárias, significando um passo importante como antecedente para uma luta mais ampla que busca a redução da jornada laboral na Argentina, atualmente fixada em 8 horas diárias e 48 horas semanais, de acordo com a Ley de Contrato de Trabajo (LCT). Dessa maneira, não só se espera melhorar a qualidade de vida das pessoas trabalhadoras, mas paralelamente, trata-se de uma estratégia sindical para combater o desemprego tecnológico. Além disso, La Bancaria participou da discussão sobre o regime legal do teletrabalho, que modifica a LCT, através de seu Secretário Geral Sergio Palazzo, que é Deputado Nacional desde o ano de 2021. Nessa nova legislação incorpora-se, entre outros, o direito à desconexão.

Em relação às transmissões por *streaming*, trata-se de uma tecnologia que permite a ativistas, delegados e líderes sindicais incrementar a realização de reuniões, assembleias e plenários transmitidos em tempo real pela internet. Esta tendência estende-se, sobretudo, entre trabalhadores e trabalhadoras de banco privados, especialmente as pessoas jovens. Por exemplo, os delegados e delegadas realizam sessões transmitidas através de plataformas como o Instagram, nas quais debatem ao vivo com seus companheiros e companheiras de trabalho, experimentando novas formas para se manterem em comunicação.

Por outra parte, em relação à transição climática e ambiental, foram realizadas como práticas inovadoras: uma ativa participação de La Bancaria no Conselho Provincial de Meio Ambiente e a assinatura de compromissos de boas práticas com a Prefeitura da Cidade de Rosário (Santa Fe).

O sindicato conta, em sua estrutura, com uma Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que estabeleceu um marco de referência para suas ações. No documento que proporcionou o estabelecimento desse marco (despacho)[15] foram estabelecidas como prioritárias as ações

[15] Os despachos são documentos internos nos quais se manifesta a aprovação de acordos discutidos nas comissões que fazem parte da organização do Sindicato.

que tenham maior incidência em uma série de riscos, cujas consequências afetam as pessoas trabalhadoras do setor (econômicos, políticos, físicos, psíquicos, químicos, ambientais, sociais, culturais, entre outros). Ali, a noção de "justiça ambiental" se insere em práticas que possam identificar fatores ambientais perigosos no lugar de trabalho e naquelas que contribuam à conservação e restauração do meio ambiente, assim como a prevenção dos efeitos negativos do atual modelo de investimento, produção e consumo.

De fato, *La Bancaria* realizou uma importante contribuição e participação no âmbito do Conselho Provincial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que funciona na órbita do Ministério do Ambiente e Mudança Climático. Através de sua secção na Cidade de Rosário, Província de Santa Fé, o sindicato faz parte de um espaço de participação reflexiva e multissetorial, com o objetivo de alcançar os consensos necessários para um desenvolvimento sustentável. O Conselho prevê a conformação de uma mesa ampliada como espaço de articulação entre diversos setores e atores, cujas contribuições devem ser integradas à agenda de temas ambientais a tratar.

Ainda assim, durante 2020, a secção de *La Bancaria* assinou um compromisso com a prefeitura da Cidade de Rosário, no marco do Programa de Boas Práticas Ambientais que faz parte do Plano de Ação Climática local.

O objetivo era realizar ações vinculadas ao uso eficiente e racional da energia, à otimização do uso dos recursos e à gestão integral de resíduos. A secção encabeçou a lista de entidades que aderiram, junto a empresas industriais, de serviços, comércios, associações civis e fundações.

3.4. Práticas inovadoras do setor transporte

O Centro de Patrones y Oficiales Fluviales, de Pesca y de Cabotaje Marítimo (Patrones de Cabotaje) é uma Associação Profissional de Primeiro Grau que representa as pessoas que trabalham em embarcações que navegam rios, mares e lagos, e desenvolvem sua atividade laboral como capitão, primeiro oficial ou segundo oficial nos âmbitos fluviais, pesqueiros ou de cabotagem marítima, ou como condutor de embarcação em zona especial. Conta com representação nas cidades argentinas de Ushuaia, Puerto Madryn, Bahía Blanca, Ing. White, Mar del Plata, Colón, Hernandarias, Rosario, Puerto San Martín, Santa Fe, Posadas, Corrientes, Formosa e San Fernando. Tem mais de 90 anos de história.

Nesta atividade, a contaminação das águas navegáveis (junto com os efeitos da mudança climática) coloca uma problemática de trabalho devido aos seus impactos no emprego. Diante disso, foram realizadas como práticas inovadoras do sindicato: a criação de

um escritório de ação climática, o desenvolvimento do curso "Cambio climático, trabajadores de la navegación interior y transición justa" e a articulação com movimentos ambientalistas.

O escritório de ação climática foi inspirado nos desafios colocados pelo Papa Francisco (2023), refletidos no documento *Laudate Deum*, no qual são abordados os desafios ambientais mais urgentes, especialmente a crise climática e suas consequências no aprofundamento das desigualdades. Desde sua origem, em 2019, o escritório teve sob em sua órbita a integração do sindicato à Frente Sindical de Ação Climática, através de seu diretor, que logo se tornou Secretário Geral. Este líder identificou, como uma das características dos trabalhadores e trabalhadoras da atividade, o contato diário e direto com a natureza, que os transforma em observadores e vítimas das consequências da mudança climática (M. Moreno, comunicação pessoal, 2 de maio de 2024).

A crise ambiental provoca flutuações nos níveis de água, tanto por secas como por inundações repentinas, que dificultam a navegação em rios e afetam a atividade. Um exemplo disso é a baixa histórica do rio Paraná, ocorrida em 2019. Este rio é uma via de navegação fluvial com mais de 3400 km, que permite a navegação entre portos da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Sua baixa afetou uma das principais rotas de transporte de combustível entre as Províncias de Santa Fé e Chaco (do centro do país ao norte), produzindo em consequência a perda de postos de trabalho. O transporte fluvial foi substituído pelo terrestre, ocasionando, além disso, um aumento na emissão de carbono.

Patrones de Cabotaje foi o primeiro sindicato argentino a oferecer uma capacitação específica sobre como a crise ambiental afeta a atividade do transporte fluvial, destinada a seus filiados. O curso "Cambio climático, trabajadores de la navegación interior y transición justa" foi realizado em diferentes portos da Argentina e estendido regionalmente a toda a América Latina e o Caribe, com o apoio da Federação Internacional dos Trabalhadores do Transporte (ITF). A iniciativa surgiu a partir da convocatória feita por essa entidade, dirigida às organizações sindicais filiadas, com o objetivo de selecionar um projeto de capacitação em temáticas ambientais para pessoas trabalhadoras da América Latina. Patrones de Cabotaje resultaram vencedores, posicionando-se como pioneiros da região na conscientização acerca da mudança climática.

Nos esforços por abordar a agenda da crise climática, Patrones de Cabotaje articulam com ativistas como Jóvenes por el Clima e, como parte da FSAC, participa além disso nas discussões preparatórias das Conferências das Partes (COP).

Por outro lado, com respeito às mudanças tecnológicas impulsadas a partir de normas internacionais aplicadas a navios, o sindicato criou o Centro Argentino de Capacitação e Formação Mercante, que se destaca por contar com instalações modernas e equipamentos

de treinamento de última geração, incluindo um simulador de navegação. Nos últimos anos, a atividade incorporou novas tecnologias para adaptar a atividade a normativas propensas a tornar mais segura a navegação, evitando possíveis derramamentos de combustíveis ou químicos contaminantes. E apesar de haver barcos que agora podem navegar com a metade dos trabalhadores que antes eram necessários, na Argentina, logrou-se manter estável o número de postos de trabalho. Segundo referiu o entrevistado, "nos últimos anos, a inovação tecnológica não tem substituído postos de trabalho, embora tampouco tenham aumentado" (M. Moreno, comunicação pessoal, 2 de maio de 2024).

Conclusões

Este artigo buscou examinar as estratégias inovadoras dos sindicatos argentinos nucleados na FSAC diante dos desafios da "dupla transição" – a tecnológica e a ambiental –, desde 2019 até a atualidade. Para isso, foram identificados dois subperíodos em contextos políticos de fortes contrastes, que tiveram impactos, mas não determinaram as estratégias dos sindicatos. Ambos se encontram atravessados pela crise climática, cuja preponderância na agenda internacional se intensifica à medida que se aproxima um "ponto de não retorno".[16]

O primeiro deles transcorreu entre 2019 e 2023. Ao final de 2019, triunfou na eleição presidencial a Frente de Todos,[17] de caráter progressista, que teve de declarar a emergência sanitária no contexto da pandemia de Covid-19 pouco tempo depois de assumir o governo. Entre as medidas que buscaram diminuir seus efeitos devastadores, destaca-se o "isolamento social, preventivo e obrigatório" (ASPO) instrumentado por decreto, que obrigou a maioria das pessoas trabalhadoras a ficar em suas casas e o *home office* estendeu-se como modalidade de trabalho.

Nesse contexto de fortes limitações que condicionaram, em geral, as modalidades tradicionais de protesto, os sindicatos estudados desenvolveram práticas inovadoras como resposta à necessidade urgente de proteger os direitos laborais. Como é o caso da convenção coletiva de teletrabalho e o delegado virtual (SECZA), e os novos direitos conseguidos para trabalhadores e trabalhadoras do *hub virtual* (La Bancaria).

O segundo subperíodo, iniciado ao final de 2023 (e persiste na atualidade), marcou uma mudança drástica no contexto político com a chegada de um governo abertamente

[16] O alerta sobre um "ponto de não retorno" foi feito pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), prevendo as consequências para o clima se a temperatura média global alcançar 1,5ºC acima da temperatura média da era pré-industrial (IPCC, 2018).

[17] "Frente de Todos" foi a aliança com a qual triunfou, em fins de 2019, o governo liderado pelo Dr. Alberto Fernández, representante da tradição político-partidária do peronismo.

adverso aos direitos trabalhistas, encabeçado por Javier Milei. Nesta conjuntura, enquanto algumas inovações sindicais se veem afetadas em sua continuidade, como no caso da FAECYS (projetos: conscientização sobre ondas de calor, ativistas pelo ambiente e uso de painéis solares para o autoabastecimento de energia), outras evoluem ou se intensificam, como as realizadas por meio da formação de coalizões, aplicável a todos os casos estudados.

Nessa direção, reconhece-se a utilidade de abordagens de transição justa alinhadas com os debates sobre futuro do trabalho, que facilitaram a análise das atitudes e a diversidade de estratégias adotadas pelos sindicatos em relação à dupla transição. Como visto, tal análise foi possível com a elaboração de uma matriz composta por seis instrumentos de práticas sindicais inovadoras.

Assim, foram estabelecidas três abordagens relacionadas ao conceito de transição justa em correspondência com três perspectivas que apresentam os debates em torno do futuro do trabalho. Por um lado, as abordagens de TJ "reformista" e "transformacional", que coincidem com a visão da OIT (2023), também com os autores críticos do fim do trabalho. Ambas buscam se adaptarem a um sistema capitalista sustentável, com trabalho decente, mediante a implementação de ajustes em diferente magnitude e profundidade. A terceira, a abordagem "reinterpretativa", é mais alinhada com as correntes do "neo-operaísmo" e do "aceleracionismo", que propõem perspectivas alternativas ou superadoras do capitalismo.

A abordagem reformista e a postura da OIT são aquelas que expressam, de modo majoritário, as práticas sindicais inovadoras observadas em ambos os subperíodos.

Dentro dos seus fundamentos, podem ser distinguidos os argumentos provenientes da abordagem da OIT ou das Conferências das Partes (COP), que promovem diretrizes de financiamento e investimentos para lograr a transição energética e a descarbonização, assim como para promover o trabalho decente. Nesta perspectiva inscreve-se a conhecida agenda de empregos verdes, amplamente questionada por alguns autores – Anigstein, Svampa – por considerarem que é insuficiente para integrar novos atores (por exemplo, movimentos sociais ou informais) e por ficar restrita só a trabalhadores formais ou sindicalizados.

A aplicabilidade destas abordagens reflete-se nas práticas que abordam a transição tecnológica relevadas com o instrumento "serviços", tais como: plataforma Bancar (La Bancaria), delegado virtual (SECZA); e nas que atendem a crise climática como a capacitação sobre temáticas ambientais que oferecem os quatro sindicatos e a FSAC. Também, inscrevem-se nestas abordagens as inovações sindicais observadas mediante o instrumento "negociação coletiva e diálogo social" como a criação dos escritórios de Meio Ambiente na FAECyS e o de Ação Climática em Patrones de Cabotaje. Assim mesmo, são um exemplo disso as realizadas dentro de "instrumentos políticos e as tentativas de influir", tais como, a adesão ao programa

municipal de boas práticas ambientais (La Bancaria) ou a participação de Patrones de Cabotaje na reunião das partes COP 28. Igualmente expressam estas abordagens, as práticas reunidas para "mobilização e política de identidade", por exemplo, a organização de uma greve virtual por demissões (SECZA) e as coletadas com o instrumento "organizar", especificamente, as eleições de delegados na plataforma *PedidosYa* (SECZA), as capacitações em mudança climático para trabalhadores da América Latina (Patrones de Cabotaje) e as transmissões sindicais ao vivo por *streaming* (La Bancaria).

Por outro lado, a abordagem sobre transição justa denominada "reinterpretativa" destaca a necessidade de uma educação ambiental crítica e a participação comunitária na transição energética, coordenando movimentos sociais, sindicais e ambientais. Neste sentido, situa-se a criação mesma da Frente Sindical de Acción Climática, já que todas as inovações sindicais reconhecem, desde sua origem, seu papel protagonista como espaço de referência, o que lhe permitiu instalar uma conversação em torno de, por exemplo, a noção de "trabalho ambiental" como categoria superadora dos empregos verdes e os debates em torno das transições justas.

Esta abordagem é visível também, nas práticas recolhidas com o instrumento "formação de coalizões": os vínculos da FSAC com movimentos sociais, as redes internacionais e alianças locais, a colaboração do SECZA com a Universidade de Mar del Plata, do mesmo modo que com os movimentos de recicladores. A relação que se estabelece com os debates sobre futuro de trabalho associados às correntes de pensamento "neo-operaísmo" e "aceleracionismo" não está neste estudo ligada à superação do capitalismo, mas sim na transcendência da fábrica como lugar de trabalho e no reconhecimento do trabalho como forma de vida.

Referências

Albrieu, R. (2022, febrero). Reformulando la narrativa sobre futuro del trabajo: La perspectiva del Sur Global. CIPPEC. https://www.cippec.org/publicacion/futuro-trabajo-narrativas-sur-global/

Albrieu, R., Allerand, M, & De la Vega, P. (2021, marzo). El teletrabajo en Argentina: La pandemia del Covid-19 y lo que viene después. [Documento de Trabajo n. 203], CIPPEC. https://www.cippec.org/publicacion/el-teletrabajo-en-argentina-la-pandemia-del-covid-19-y-lo-que-viene-despues/

Aloisi, A., & De Stefano, V. (2020). La reglamentación y el futuro del trabajo: La relación de trabajo como factor de innovación. *Revista Internacional del Trabajo*, *139*(1), 52–74. https://doi.org/10.1111/ILRS.12150

Anigstein, C. (2023). Transición ambiental y clase trabajadora. *Nueva Sociedad*, (307), 82–95. https://nuso.org/articulo/307-transicion-ambiental-clase-trabajadora/

Anigstein, C., & Carrau, N. (2023). El trabajo en el ojo de la transición socioecológica. *Ecología Política*, (65), 72–77. https://doi.org/10.53368/EP65TEbr03

Avent, R. (2017). *La riqueza de los humanos: El trabajo en el siglo XXI*. Debate.

Baldwin, R. (2019). *La convulsión globótica: Globalización, robótica y el futuro del trabajo*. Oxford University Press.

Bellido de Luna, D. (2023). La influencia del Covid-19 en las estrategias de revitalización en dos sindicatos chilenos a nivel de empresa: un estudio de caso longitudinal. *Revista de Ciencias Sociales de la Universidad de la República*, *36*(52), 121–145. https://doi.org/10.26489/rvs.v36i52.2

Benítez Larghi, S., & Duek, S. C. (2017). Uso y apropiación de tecnologías de la información y de la comunicación: Una aproximación a su investigación en la Argentina. En M. N. Grillo, V. Papalini, & S. Benitez Larghi (Coords.), *Estudios sobre consumos culturales en la Argentina contemporânea* (pp. 209–236). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/115421

Bernaciak, M., & Kahancová, M. (Eds.) (2017). *Innovative union practices in Central-Eastern Europe*. European Trade Union Institute (ETUI). https://www.etui.org/publications/books/innovative-union-practices-in-central-eastern-europe

Bureau of European Policy Advisers (BEPA) (2011). *Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union*. Publications Office of the European Union. https://ess-europe.eu/wp-content/uploads/2014/09/social_innovation_0.pdf

Carbonell, S. (2022, octubre 20). El futuro del trabajo: Perspectivas y debates [Conferencia magistral]. Seminario Posgrado en Estudios Sociales, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Iztapalapa.

Casilli, A. (2019). *En attendant les robots: Enquête sur le travail du clic*. Éditions du Seuil.

Comisión Europea (2021). *Pacto verde europeu: consecución de nuestros objetivos*. Unión Europea. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/es/fs_21_3688

Darnal, A. (2023, 20 de octubre). ¿Qué es el "Sur Global"? *El Grand Continent*. https://legrandcontinent.eu/es/2023/10/20/que-es-el-sur-global/

Ford, M. (2016). *The rise of the robots: Technology and the threat of a jobless future*. Basic Books.

Francisco, Papa. (2023). *Laudate Deum*. Exortação apostólica. Vaticano: Santa Sé. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.pdf

Frayne, D. (2017). *El rechazo del trabajo: Teoría y práctica de la resistencia al trabajo*. Akal.

Frente Sindical de Acción Climática (FSAC) (2023, 15 de diciembre). *Amicus Curiae*. Caso: Opinión Consultiva sobre Emergencia Climática y Derechos Humanos a la Corte Interamericana de Derechos Humanos de la República de Colombia y la República de Chile. https://fsac.org.ar/amicus-curiae/

Fuentes, C., Larraín, S., & Poo, P. (2020). *Transición justa: Desafíos para el proceso de descarbonización, la justicia energética y climática en Chile*. Chile Sustentable.

Fumagalli, A. (2020). Veinte tesis sobre el capitalismo contemporáneo (capitalismo biocognitivo). En M. Reis (Comp.), *Neo-operaismo* (pp. 49–72). Caja Negra.

García Parra, G. et al. (2023). *Transiciones justas: Una agenda de cambios para América Latina y el Caribe*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Oxfam. https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/248403

Hualde, A. (2021). En attendant les robots: Enquête sur le travail du clic, por A. A. Casilli [reseña del libro]. *Revista Mexicana de Sociología*, *83*(2), 499–504. https://doi.org/10.22201/iis.01882503p.2021.2.60094

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (2018). *Global warming of 1.5°C*. [Special Report]. Cambridge University Press. https://www.ipcc.ch/sr15/

Julián-Véjar, D., & Bustos Velásquez, F. A. (2024). Transformaciones socio-tecnológicas en el trabajo: Análisis de la producción científica en digitalización, automatización y robotización del trabajo. *Revista CUHSO*, *34*(1), 287–318. http://dx.doi.org/10.7770/cuhso-v34n1-art680

Mandelli, M., & Novelli, L. (2022). Case study. Trade unions facing the eco-social-growth trilemma: prospects and hurdles for a just transition solution to the Taranto crisis. [Conference proceeding]. European Trade Union Institute and the European Climate Foundation. https://www.etui.org/sites/default/files/2022-08/Trade%20unions%20facing%20the%20eco-social-growth%20trilemma%20-%20Italy%20-%20Mandelli%20and%20Novelli.pdf

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible de la República Argentina (2022). *Plan Nacional de Adaptación y Mitigación al Cambio Climático*. https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/pnaymcc_2022_-_vf_resol.pdf

Morena, E., Krause, D., & Stevis, D. (Eds.). (2020). *Just transitions: Social justice in the shift towards a low-carbon world*. Pluto Press.

Naciones Unidas (2015). Transformar nuestro mundo: La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. Resolución aprobada por la Asamblea General el 25 de septiembre de 2015, 70º período de sesiones. https://unctad.org/system/files/official-document/ares70d1_es.pdf

Novelli, L., Mandelli, M., & Jessoula, M. (2023). *Il trilemma dei sindacati: Prospettive e ostacoli per una transizione giusta a Taranto*. Fondazione Giangiacomo Feltrinelli.

Olson, J. P. (2021, 8 de noviembre). La vigencia del mensaje ambiental de Perón ante la cumbre de Glasgow COP26. *Ámbito*. https://www.ambito.com/opiniones/juan-domingo-peron/la-vigencia-del-mensaje-ambiental-peron-la-cumbre-glasgow-cop26-n5313171

Ordoñez, L. (2007). El desarrollo tecnológico en la historia. *Areté: Revista de Filosofía*, *19*(2), 187–210. http://www.scielo.org.pe/pdf/arete/v19n2/a01v19n2.pdf

Organización Internacional del Trabajo (OIT) (2019). Declaración del centenario de la OIT para el Futuro del Trabajo, 2019. https://www.ilo.org/es/acerca-de-la-oit/mision-e-impacto-de-la-oit/declaracion-del-centenario-de-la-oit-para-el-futuro-del-trabajo-2019

Organización Internacional del Trabajo (OIT) (2022). *Informe sobre el diálogo social 2022: La negociación colectiva en aras de una recuperación inclusiva, sostenible y resiliente*. https://doi.org/10.54394/VWWK3318

Organización Internacional del Trabajo (OIT) (2023). *Lograr una transición justa hacia economías y sociedades ambientalmente sostenibles para todos*. https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40ed_norm/%40relconf/documents/meetingdocument/wcms_876569.pdf

Pelling, M., O'Brien, K., & Matyas, D. (2015). Adaptation and transformation. *Climatic Change*, *133*(1), 113–127. https://doi.org/10.1007/s10584-014-1303-0

Pochet, P. (2022). Comprender e buscar conciliar a transição climática e a digital. *Caderno CRH*, *35*, e022024. https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.49619

Rani, U., & Grimshaw, D. (2019). Introducción. Trabajo, empleo y sociedad: ¿Qué esperar del futuro? *Revista Internacional del Trabajo*, *138*(4) [número especial: El futuro del trabajo, parte I], 619–637. https://doi.org/10.1111/ilrs.12144

Rifkin, J. (1996). *El fin del trabajo*. Paidós.

Spatari, M. (2020). El comercio electrónico en el mundo del Covid-19: Un reto para los trabajadores y los sindicatos. UNI Commerce, Friederich Ebert Stiftung (FES), Syndex. https://uniglobalunion.org/wp-content/uploads/syndex_uni_commerce_-_e-commerce_report_2020_es.pdf

Svampa, M. (2023). Dilemas de la transición ecosocial desde América Latina. En G. García Parra et al. (Eds.), *Transiciones justas: Una agenda de cambios para América Latina y el Caribe* (pp. 35-87). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Oxfam. https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/248403

Transnational Institute (TNI) (2020, marzo). Transición justa: Encuentros entre movimientos sociales en pos de la transformación social y ambiental. (Síntesis de taller internacional). https://www.tni.org/files/publication-downloads/web_sp_just_transition.pdf

Trif, A., Bernaciak, M., & Kahancová, M. (2017). Trade union revitalization in hard times: A mission impossible? *European Journal of Industrial Relations*, *29*(1), 23–38. https://doi.org/10.1177/09596801221148860

Valenzuela, M. E. (2023). *Empleos verdes, una oportunidad para las mujeres en América Latina*. (Programa Euroclima+). Organización Internacional del Trabajo (OIT) y Comisión Europea (CE). https://www.ilo.org/es/publications/empleos-verdes-una-oportunidad-para-las-mujeres-en-america-latina

Williams, A., & Srnicek, N. (2013, May 14). #Accelerate manifesto for an accelerationist politics. CLT. https://criticallegalthinking.com/2013/05/14/accelerate-manifesto-for-an-accelerationist-politics/

Working Lives Research Institute (WLRU) (2010). *Trade union practices on anti-discrimination and diversity*. [Report]. European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities. https://itgl.lu/wp-content/uploads/2015/04/Trade-Unions-mapping-study-REPORT_EN_FINAL.pdf

Wyzynkier, P., & Anigstein, C. (2019). La transición justa en clave latinoamericana. *Entropía*, *3*(5), 246–279. https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/290

Recebido em 08 de outubro de 2025.

Aprovado em 29 de outubro de 2025.